

LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NO RIO GRANDE DO NORTE

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

heldermacedox@gmail.com

Bolsista de Fomento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte – FAPERN
Mestre em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados do Subprojeto Patrimônio Imaterial, vinculado ao Projeto Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos (UNESCO/Monumenta/BID/MinC/IPHAN/Governo do Estado do RN/Fundação José Augusto/IGETUR), desenvolvido em 2006, cujo objetivo era de proceder a um inventário dos bens culturais do Rio Grande do Norte com finalidade de divulgação turística. A pesquisa, que tomou como base a metodologia de trabalho do IEPHA/MG a discussão sobre patrimônio cultural empreendida por Carlos Lemos, Roque Laraia e Márcia Sant'Anna, teve como etapas levantamento bibliográfico, sondagem das manifestações do patrimônio imaterial, preenchimento de fichas de registro e consolidação da documentação iconográfica. Foram inventariadas cerca de 145 manifestações do patrimônio imaterial no território potiguar, cujas informações encontram-se publicadas no site <http://www.fja.rn.gov.br/imaterial/patrimoniomaterial/index.htm>.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio imaterial, Rio Grande do Norte, inventário

Introdução

O objetivo desse texto é apresentar os resultados do Subprojeto Patrimônio Imaterial, vinculado ao Projeto *Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos* (UNESCO/Monumenta/BID/MinC/IPHAN/Governo do Estado do RN/Fundação José Augusto/IGETUR), cujo objetivo era o de efetuar um inventário do patrimônio cultural de natureza imaterial no estado do Rio Grande do Norte, em nível de levantamento preliminar, a partir da articulação entre iniciativas que já vêm sendo desenvolvidas por pesquisadores locais, acadêmicos e diretores de instituições de natureza cultural.

As políticas patrimoniais no Brasil, tradicionalmente, partiram de um maior apego ao chamado *patrimônio da pedra-e-cal* (o chamado patrimônio histórico e artístico), constituído de antigas edificações, sítios arqueológicos (pré-históricos e históricos) e mesmo bens móveis. Esse apego traduz-se, mesmo, na institucionalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1937, através do Decreto-Lei nº 25, que previa a utilização do instrumento de *tombamento* para proteção dos bens patrimoniais (materiais). A partir dos anos 60 e 70, sobretudo, diversos países (com ênfase para os da América Latina) têm demonstrado interesse em proteger, também, as suas manifestações culturais tradicionais, conhecidas vulgarmente como folclore ou cultura popular. Atendendo a esses anseios, a UNESCO – órgão internacional da Organização das Nações Unidas voltado para as questões da cultura – vêm realizando reuniões e convenções que resultaram em importantes instrumentos para a definição de políticas públicas ligadas ao patrimônio cultural. Exemplos disso são a Recomendação sobre a

salvaguarda da cultura tradicional e popular (1989) e recentemente, em 2003, a Convenção Internacional para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível. No Brasil, de certa forma, podemos falar de um certo *adiantamento*, já que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 16, privilegia enquanto expressões do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. A regulamentação desse artigo, todavia, só aconteceu em 2000, com a promulgação do Decreto Federal 3.551, que institui o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – ligado ao IPHAN – e o registro dos bens culturais de natureza imaterial.

Tomando o estado do Rio Grande do Norte enquanto realidade específica, desde, pelo menos, a segunda metade do século XX, registra-se a presença de estudos na área do folclore e cultura popular realizados por eruditos e pesquisadores acadêmicos (os estudos mais divulgados são os de Luís da Câmara Cascudo, Veríssimo de Melo e, recentemente, Deífilo Gurgel, apenas para citar exemplos). Do ponto de vista da adoção da categoria de *patrimônio imaterial* como aporte para a realização de estudos praticamente não existem iniciativas que respondam ao âmbito estadual. Exceções devem ser feitas para o Inventário do Patrimônio Imaterial realizado em Carnaúba dos Dantas, na região do Seridó, sob o patrocínio da PETROBRAS – coordenado pelo historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo – e para o Inventário das Referências Culturais do Seridó, sob o auspício do IPHAN e coordenação da antropóloga Julie Antoinette Cavnac.

A realização das ações do projeto, portanto, responderam à demanda da necessidade de um estudo que pudesse, minimamente, proceder a uma radiografia do estado do Rio Grande do Norte no que concerne ao seu patrimônio imaterial. O somatório de esforços de diferentes pesquisas fragmentadas que vêm acontecendo – nos municípios, por pesquisadores acadêmicos, pelas Casas de Cultura Popular, sobretudo – concorreu para que, ao final das atividades, pudéssemos apresentar um panorama do patrimônio imaterial no Rio Grande do Norte.

Aportes teóricos

As ações do projeto estiveram balizadas, desde o início, na concepção de patrimônio cultural imaterial. A palavra *patrimônio*, em sua etimologia, remete à acumulação de bens em herança, transmitidos hereditariamente por linha paterna. *Patrimônio histórico* – termo comumente utilizado pelos meios de comunicação –, por sua vez, corresponderia a todos os bens destinados ao usufruto de uma comunidade, constituídos pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam, por seu passado comum. No período pós-Revolução na França, três tipos de monumentos compunham o patrimônio histórico nacional: bens remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos, segundo o que era apregoado pela Primeira Comissão dos Monumentos Históricos, de 1837. Durante muito tempo esse foi o conceito que predominou: o de que patrimônio histórico era apenas *pedra-e-cal*. Agregavam-se, também, as obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas. Depois da Segunda

Guerra Mundial novos bens entraram para o rol do patrimônio histórico, como a arquitetura menor, a vernacular e a industrial, bem como edifícios individuais, aglomerados de edificações, casas, bairros, aldeias.

Dos anos 70 em diante, contudo, costuma-se falar mais de Patrimônio Cultural (que englobaria o Patrimônio Histórico), que, na opinião do estudioso francês Hugues de Varine-Bohan (assessor internacional da UNESCO em países do Terceiro Mundo), compreenderia três ordens de elementos: os pertencentes à natureza, ao meio ambiente e aos recursos naturais (patrimônio natural); os conhecimentos, técnicas, saber e saber fazer (patrimônio imaterial ou intangível); os chamados bens culturais, que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer (patrimônio material ou tangível). Mesmo com toda essa abrangência do conceito de patrimônio cultural, as suas definições são as mais diversas possíveis. A historiadora Maria Cecília Londres Fonseca, por exemplo, considera o patrimônio como sendo “o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos”. A arqueóloga e especialista em conservação e restauração de pinturas rupestres, Maria da Conceição Menezes Soares Lage, considera-o como sendo um “testemunho vivo das sociedades humanas do passado”.

O patrimônio imaterial, comumente designado como patrimônio intangível pela UNESCO, encontrou as vias legais de sua proteção através de políticas públicas por meio da Constituição Federal de 1988. Esta assegura, no Art. 216, o caráter material e imaterial do patrimônio cultural no Brasil, bem como o dever do Estado de protegê-lo, em consonância com a comunidade, através de inventários, registros, e, entre outros, o instituto do tombamento. A regulamentação desse artigo, entretanto, só veio a lume com a criação do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI) em 1998 e a posterior edição do Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e instituiu o registro como forma de proteção dos bens culturais de natureza imaterial.

O Decreto Federal 3.551 estabeleceu o patrimônio imaterial em quatro categorias, objetivando o seu registro em livros específicos, a partir de processos desencadeados pelo Ministério da Cultura e suas instituições, secretarias estaduais, municipais e Distrito Federal, além de sociedades ou associações civis: os saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades), as celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social), as formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e os lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas). Essa concepção de patrimônio imaterial, que equivale, a um conjunto de heranças culturais – de natureza imaterial – que se encontra enraizado entre as populações de determinado território, e que necessita, por outro lado, de um suporte material para que possa ser conhecido e

até mesmo registrado, foi a que adotamos para a realização do inventário em Carnaúba dos Dantas.

Entretanto, por mais que as discussões sobre patrimônio imaterial possam ser “novas”, trata-se apenas de uma nova roupagem para um determinado olhar sobre a cultura desenvolvido, desde, pelo menos, os anos 20, por intelectuais de diversas naturezas no Brasil. Devemos registrar, a título de exemplo, as pesquisas desenvolvidas por Mário de Andrade acerca das danças dramáticas, folguedos e cultos afro-brasileiros em diferentes regiões do país, a monumental obra de Luís da Câmara Cascudo e, especificamente para o Rio Grande do Norte, os trabalhos dos folcloristas Veríssimo de Melo e Deífilo Gurgel. Seria injustiça, também, esquecer o papel dos antropólogos e cientistas sociais do Rio Grande do Norte, que, muito antes dos historiadores, já se dedicavam aos estudos do patrimônio imaterial, sob outras denominações como cultura popular e folclore.

Metodologia empregada e resultados obtidos

As ações do projeto estiveram balizadas pela seguinte estratégia de pesquisa, com os resultados apostos:

Rede do Patrimônio Imaterial Potiguar. Desde o início das atividades, dado o prazo curto com o qual tínhamos que lidar e a responsabilidade de cobrir o estado com o inventário, a alternativa pensada foi a utilização, a nosso favor, dos recursos da internet. Daí a idéia de criarmos uma rede para congregar os esforços de pesquisadores locais (que residissem nos municípios do estado do Rio Grande do Norte e possuíssem conhecimento sobre a história e a cultura locais) e pesquisadores ad-hoc (que não necessariamente precisassem residir nos municípios, mas, que tivessem pesquisas sobre aspectos da sua cultura e da história). Rede esta que seria o veículo de interligação entre essas pessoas e as distintas pesquisas que vêm sendo feitas no estado, de maneira dispersa, além de ser elo de comunicação com o Projeto Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos.

A primeira experiência de criação da Rede do Patrimônio Imaterial Potiguar (REPIP) aconteceu no Portal Universia (<http://www.universia.net>), que abriga conteúdo de mais de oitocentas (800) universidades em todo o mundo e utiliza a metodologia da Educação à Distância (EAD). No Brasil, o Portal Universia utiliza tecnologia informacional do Laboratório Virtus, da Universidade Federal de Pernambuco. Foi uma forma interessante de reunir as primeiras pessoas interessadas na temática do patrimônio imaterial ou com pesquisas desenvolvidas nesse campo, porém, o esquematismo estético a que os participantes da rede nesse portal ficam submetidos nos impeliu a procurar outros recursos. Construímos um website próprio, utilizando recursos do Microsoft Office Front Page 2003® e contendo as funcionalidades encontradas no Portal Universia (lista de participantes, informações gerais, central de documentos, links e resultados), que hospedamos no

provedor gratuito Yahoo! Geocities. Todavia, achamos por bem transferir a REPIP para o site da Fundação José Augusto, visando dotá-lo de caráter institucional.

Para agilizar o trabalho de agregar as pessoas à REPIP optamos por criar um e-mail no Yahoo! (patrimonioimaterial@yahoo.com.br) e um profile no Orkut (Patrimônio Imaterial), que foram acessados diariamente pela equipe do Subprojeto Patrimônio Imaterial, com o objetivo de estabelecer contatos, dirimir dúvidas e orientar o trabalho dos pesquisadores da rede. Foi criada, também, uma comunidade no Orkut (Patrimônio Imaterial Potiguar) e através do profile acima citado fizemos contato com mais de quatrocentas (400) comunidades de municípios do Rio Grande do Norte, o que permitiu estender a milhares de pessoas as notícias sobre nossas ações naquele período.

A divulgação da REPIP foi feita através da Assessoria de Comunicação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Através da mesma assessoria conseguimos um espaço na Inter TV Cabugi, emissora de alcance estadual, para divulgar as ações da REPIP. Espaço que se consubstanciou na participação do coordenador do subprojeto no Programa RN TV – 1ª Edição no dia 25/07/2006, quando foi entrevistado a respeito da REPIP. As ações da REPIP foram objeto de divulgação, ainda, no *Overmundo*, portal de comunicação cultural vinculado à PETROBRAS e através de nota encaminhada para diversas listas de discussão e e-mails institucionais.

Tivemos oportunidade, também, de divulgar a temática do patrimônio imaterial – e, conseqüentemente, as ações da REPIP – em dois seminários organizados pela Fundação José Augusto, intitulados *Bom Dia Literatura Oral*. O primeiro aconteceu no dia 31 de agosto de 2006, no Teatro Lauro Monte Filho, em Mossoró e o segundo no dia 14 de setembro de 2006, no Teatro de Cultura Popular, em Natal. Em ambos, o coordenador do subprojeto participou como conferencista na Mesa-Redonda *Tradição Oral e Cultura Popular*. Durante a estadia em Mossoró, por ocasião da realização do Bom Dia Literatura Oral, o coordenador do subprojeto concedeu entrevista à equipe do Jornal *De Fato*, que rendeu matéria sobre o patrimônio imaterial na edição impressa do dia 03 de setembro subsequente.

Levantamento bibliográfico. Acreditamos que a realização de um inventário deva prescindir, inicialmente, do contato com a população do recorte escolhido – no caso, o estado do Rio Grande do Norte –, que, certamente, poderia dar indicações seguras das manifestações do patrimônio imaterial com as quais se identificam. Na impossibilidade de ter contato com essa população estabelecemos uma alternativa: a de sondar a presença do patrimônio imaterial em fontes dispersas pelas bibliotecas e instituições de pesquisa no estado. Essa sondagem, feita em livros, artigos, revistas, monografias, dissertações, teses, folhetos, jornais e mídias eletrônicas, foi realizada através de uma *Ficha de Levantamento Bibliográfico*, elaborada para esse fim. Essa ficha continha elementos que podiam dar um roteiro para o interessado nos assuntos concernentes ao patrimônio imaterial, pois, além da bibliografia da fonte (autor, título, edição, local

da publicação, editora, ano, páginas), dispõe o acervo onde foi localizada e quais os temas que aborda. Fizemos a opção, nessa sondagem, de incluir fontes que tratassem, também, da história local dos municípios, vez que dentro desses compêndios afloram manifestações do patrimônio imaterial das quais algumas (senão todas) ainda permanecem vivas, hoje, no seio das comunidades.

Foram levantados cerca de quatrocentos e oitenta (480) títulos pelo coordenador e estagiários do subprojeto, que alimentaram um banco de dados construído em Microsoft Office Access 2003®. Esse banco de dados gerou quatro relatórios contendo o resultado da sondagem, sendo um geral (contendo todas as informações coletadas) e três classificados perante os critérios de acervo (local onde foram acessados pela equipe) e tipologia (se livro, monografia, tese, revista, por exemplo); eixo temático (saberes e ofícios; festas e celebrações; formas de expressão; lugares de sociabilidade); tema (patrimônio imaterial; história local; patrimônio imaterial e história local).

A sondagem foi efetuada nas cidades de Natal e Caicó. Em Natal, nos acervos da Biblioteca Américo Costa (conhecida popularmente como Biblioteca da Zona Norte), Biblioteca Câmara Cascudo (Fundação José Augusto), Biblioteca Central Zila Mamede (UFRN), Biblioteca Esmeraldo Siqueira (Fundação Capitania das Artes), Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA/UFRN), Biblioteca da Unidade Engenheiro Roberto Freire da Universidade Potiguar (UnP), Centro de Pesquisas Juvenal Lamartine (Fundação José Augusto), Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Museu Câmara Cascudo, Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e de Documentação (NEHAD/CCHLA/UFRN) e Núcleo Manuel Rodrigues de Melo (CEDOC/Fundação José Augusto). Em Caicó, essa atividade de sondagem ficou restrita aos mananciais da Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES/UFRN) e do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC/CERES/UFRN). Foram consultados, ainda, sites na internet.

Temos a consciência de que se trata de um levantamento incompleto – vez que privilegiou apenas duas cidades do estado –, mas, que tem seu mérito por reunir um grande contingente de publicações contendo informações acerca do patrimônio imaterial. Essa sondagem foi disponibilizada na REPIP no dia 1º/09/2006, quando também solicitamos aos pesquisadores cadastrados que dessem sua opinião a respeito dos resultados levantados, bem como, acrescentassem publicações que ficaram de fora dos relatórios.

Mapeamento das manifestações do patrimônio imaterial. A estratégia montada para efetuar esse mapeamento consistiu em utilizar-se da literatura folclórica sobre o Rio Grande do Norte – representada pelas obras de Luís da Câmara Cascudo, Veríssimo de Melo e Deífilo Gurgel – e do restante das fontes em que fizemos sondagem (comentadas no item anterior) para radiografar o patrimônio imaterial do estado. Radiografar no sentido de levantar, município a município, as referências que aparecem na bibliografia sobre os saberes e ofícios, as formas de expressão, os

lugares de sociabilidade e as festas e celebrações. Conseguimos, ao final dessa tarefa, mapear mais de seiscentas (600) manifestações do patrimônio imaterial no estado do Rio Grande do Norte, distribuídas entre mais de cento e cinco (105) municípios. Esse levantamento, que foi disponibilizado na REPIP em 14/07/2006, também foi enviado aos pesquisadores da rede, para que pudessem, com o seu conhecimento acerca das realidades locais, corrigir, sugerir, alterar e adicionar mais informações. De forma que esse diagnóstico do patrimônio imaterial potiguar possa ter a participação, ao menos, de pesquisadores das cidades e que conheçam as realidades locais. Na REPIP está disponível um relatório geral, contendo a microrregião, o município, o eixo temático, a manifestação registrada e a fonte de onde foi extraída. Estão prontos para consulta, também, os relatórios classificados por microrregião e por município.

Documentação fotográfica. No decorrer do período em que foi executada a sondagem das fontes sobre patrimônio imaterial a equipe do subprojeto empreendeu três viagens de campo com o objetivo de aproveitar a realização de determinados eventos e produzir documentação fotográfica sobre algumas manifestações culturais. No período de 29 a 30 de julho de 2006 estivemos participando dos momentos finais da Festa de Sant'Ana, de Caicó, onde pudemos produzir imagens acerca dos diferentes momentos da festa (em seus aspectos sagrados e profanos), da feira livre (no Mercado Velho e no Açougue), de exposições artísticas na Casa da Cultura Popular e na Feira dos Municípios do Seridó (FAMUSE), do Auto de Sant'Ana, do Santuário do Rosário, do Cemitério Campo Jorge e da raizeira Sebastiana. Posteriormente, em 19 de agosto do mesmo ano, comparecemos à Vila de Ponta Negra para acompanhar um cortejo de grupos culturais promovido pelo Projeto Encantos na Vila, coordenado pela Prof^a Teodora Alves, do Departamento de Artes (UFRN). Ali pudemos entrar em contato e fotografar os Congos de Calçola, o Pastoril, o Babelô, o Boi de Reis (Boi Pintadinho) e o Grupo de Capoeira. Por fim, no dia 02 de setembro último, produzimos imagens sobre a feira livre de Ceará-Mirim.

Preenchimento de fichas de registro. Através de uma parceria feita com o Escritório de Fortaleza da UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Criança e a Adolescência –, por meio da Sra. Francisca Morgana Dantas, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a Fundação José Augusto puderam ter acesso ao material do Mapeamento Cultural Selo UNICEF de 100 (cem) municípios do estado. Com esse material, aliado à pesquisa bibliográfica procedida anteriormente e algumas poucas contribuições dos pesquisadores da REPIP, procedemos ao registro das manifestações do patrimônio imaterial potiguar, feita através da metodologia de trabalho do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) de Minas Gerais, disponível no site <http://www.iepha.mg.gov.br>.

Essa metodologia já havia sido adotada – com adequação aos aspectos da realidade local – no Inventário do Patrimônio Imaterial de Carnaúba dos Dantas, financiado pela PETROBRAS e que

teve como mobilizador geral o coordenador deste subprojeto, tendo sido obtido êxito e bons resultados. Isto pelo fato da metodologia prescindir de uma Ficha de Registro de Patrimônio Imaterial aberta e que contempla os itens eixo temático, designação, caracterização, proteção legal, informações históricas, informações descritivas, bens relacionados, intervenções, referências, mídias, informações complementares e dados técnicos. Também no caso das manifestações do patrimônio imaterial registradas nos municípios potiguares foi adotada essa mesma ficha, que desdobramos em quatro novas fichas, uma para cada eixo temático.

Foram registradas, ao todo, 146 manifestações do patrimônio imaterial do Rio Grande do Norte, cujos resultados foram divulgados no site da REPIP, juntamente com todo o material e relatórios produzidos pela equipe de pesquisa.

Considerações finais

Viajar pelo Rio Grande do Norte, hoje, significa trilhar o caminho de um universo cultural multifacetado e marcado pelo convívio entre o tradicional e o moderno, entre o antigo e o novo, entre o que resistiu aos rigores do tempo e o que se adaptou às ondas globalizadoras. Embarcando num trem que corta o estado, a primeira parada é junto aos saberes e aos modos de fazer das comunidades e, bem assim, aos ofícios mais conhecidos pela população, como o das louceiras da Comunidade Negros do Riacho, em Currais Novos; dos homens e mulheres que produzem artefatos a partir de fibra vegetal, como em Apodi; das rezadeiras que abençoam com ramos e orações as pessoas que as procuram em Santana do Matos, em Rodolfo Fernandes, em Florânia, em Carnaúba dos Dantas e ainda em Currais Novos, Mossoró, Parelhas, Caicó, Açu e São Paulo do Potengi; como o das bordadeiras de Caicó, de Timbaúba dos Batistas e de Passa e Fica; como o dos mangaeiros de Natal, dos mineradores de Currais Novos, dos pescadores de Grossos e de Natal e das chouriceiras de Carnaúba dos Dantas. O solo potiguar é, assim, tatuado de muitas *artes de saber e de fazer*, a exemplo da arte dos escultores Aldo Alves (de Pendências), Dedé Carnaúba (de Carnaúba dos Dantas), José Bezerra da Silva (de Pureza), Dimas Ferreira, Ambrósio Córdula e Dimauri Lima (de Acari); da arte dos repentistas Majó Fernando (de Lagoa de Velhos), Antônio Francisco Dias e Valdemar Marques (de Pedro Velho); da arte de confeccionar garrafinhas com areia colorida presente em Grossos e em Tibau; da arte de manipulação e uso de plantas da caatinga com fins medicinais, a exemplo do que faz dona Sebastiana, em Caicó; da arte da preparação da ginga com tapioca na Praia da Redinha, da rapadura em Portalegre, do grude em Extremoz, da farinha-de-mandioca e do beiju em Nísia Floresta e do alfenim em Açu.

Os saberes e os ofícios se confundem com as diversas formas pelas quais as pessoas se expressam no Rio Grande do Norte através da literatura, da música, das artes plásticas, das artes cênicas e do lúdico, que se constituem enquanto segunda parada da viagem. Aqui se observa a arte dos calungueiros Chico Daniel e Zé Relampo (Natal), Queixo de Aço (Pedro Velho), José

Erivan de Assis (Lagoa de Pedras), José Rosa (São Pedro) e Edicharles Bezerra (Macau), que expressam o cômico e o paródico através da representação da realidade por meio do teatro de mamulengos. Sem falar de dona Maria Lêda, mais conhecida como Dadi, de Carnaúba dos Dantas, única mulher potiguar a fabricar e produzir seus bonecos a partir de madeira de mulungu e a dar-lhes vida através do João Redondo. O olhar e o ouvido se aguçam e percebem, também, diversas atitudes de representação da realidade proporcionadas pelos artistas plásticos Angela Felipe, César Revoredo, Dione Medeiros, Dorian Gray, Flávio Freitas, Wilson Felix, André Vicente e Silva, Davina Silva, Marcelus Bob, Vatenor de Oliveira e Eduardo Alexandre (Dunga); acordes, notas e a ufanía do instrumental toado pelas bandas de música de Parelhas, Carnaúba dos Dantas, Apodi, Florânia, Patu, Portalegre, Santana do Matos, Campo Grande e Caicó, como também, a melodia e a sonoridade dos cantores Babal, Cleudo, Glorinha Oliveira, Marina Elali, Sérgio Farias, Valéria Oliveira e Ana Teresa de Medeiros e das bandas SeuZé, Apollo 11, Brebote, Cantus do Mangue e Tu me Ninas.

Nessa estação também pode se contemplar o esplendor, o colorido e o tom vibrante das danças folclóricas como o Boi Calemba (ou Boi de Reis), presente na Vila de Ponta Negra e no bairro de Filipe Camarão (Natal), em Nísia Floresta, Pedro Velho, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante, Vila Flor, Patu, Lagoa de Velhos, São Miguel do Gostoso e Sítio Novo; o Fandango, com representantes em Canguaretama e Senador Georgino Avelino; a Chegança, em Canguaretama; os Congos, presentes em Ponta Negra (Natal), em São Gonçalo do Amarante e em Ceará-Mirim; o Pastoril, com grupos que executam a dança em Pedro Velho, São Paulo do Potengi, Nísia Floresta, Grossos, Florânia, Cerro Corá e São José de Mipibu; a Lapinha e as Bandeirinhas, que se dançam em Touros; os Cabocolinhos, encontrados em Ceará-Mirim; o Coco-de-roda, em Canguaretama, Passa e Fica e Tibau do Sul; o Babelô, dançado em Ponta Negra (Natal), São José de Mipibu e São Gonçalo do Amarante; o Coco-de-zambê, que alegra as terras de Tibau do Sul; a Capelinha-de-Melão, de Maxaranguape; a Dança do Espontão, executada pelos negros de Caicó, Jardim do Seridó e Parelhas; a Dança de São Gonçalo, de Portalegre, São Miguel e Pau dos Ferros; o Maneiro-Pau, presente em Doutor Severiano, São Miguel, Pau dos Ferros, Marcelino Vieira, Alexandria e Umarizal. E sem esquecer da Sociedade Araruna de Danças Antigas e Semi-Desaparecidas, grupo comandado pelo nonagenário Cornélio Campina e que executa danças como o xote, a valsa e a polca, além dos caboclos de Major Sales.

As formas de expressão são também parada para a reflexão sobre as obras de importantes escritores, como Câmara Cascudo, Otoniel Menezes, Manuel Dantas, Olavo de Medeiros Filho, Zila Mamede, José Bezerra Gomes, Hélio Galvão, Juvenal Lamartine, Oswaldo Lamartine, Auta de Souza, Gutemberg Costa e Deífilo Gurgel, ocasião interessante para o registro do poeta popular Fabião das Queimadas e de romanceiras como dona Militana Salustino do Nascimento, dona Juvina Monteiro e dona Sebastiana Morais do Vale. Bem como, para relembrar inesquecíveis espetáculos cênicos, alguns executados periodicamente, como Chuva de Bala no

País de Mossoró, Auto da Liberdade (Mossoró) e Auto do Solar (Macaíba), além dos grupos Companhia Teatral Arte Viva (Santa Cruz), Companhia Escarcéu (Mossoró), Companhia de Teatro Arte e Riso (Umarizal), Grupo de Dança Corpo de Luz (João Câmara), Grupo de Teatro Retalhos de Vida (Caicó), Grupo Sertão Vivo (Carnaúba dos Dantas), Grupo de Teatro Trotamundos, dos corais Sertão Encanto (Caicó) e Madrigal da UFRN (Natal) e dos grupos de Capoeira de Apodi e Açu.

A terceira parada da viagem se dá nos lugares. Não vistos apenas espaços concretos, mas, como cenários onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. As sociabilidades entre pessoas de diferentes cores, idades, sexos e religiões são encontradas no Natal Shopping, no Via Direta e no Midway Mall, templos do consumo originados da práxis capitalista, mas, que, concentram, diariamente, milhares de pessoas. Um outro tipo de consumo, aquele regado à cerveja, à boemia e às artes, pode ser visibilizado – e compartilhado – no Beco da Lama, localizado no Centro Histórico de Natal. Mas, as pessoas também se sociabilizam nos lugares mais inusitados, como o Cemitério do Alecrim, o Centro Espírita Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, os centros de umbanda das Rocas, a Praça Padre João Maria, a Feira do Alecrim (Natal) e mesmo as diversas praias encravadas no litoral potiguar. Encaminhando-se para fora da capital, as relações sociais entre personagens de diferentes naturezas são tecidas em lugares sagrados como o Monte das Graças (Florânia), o Monte do Galo (Carnaúba dos Dantas), o Santuário de Nossa Senhora dos Impossíveis do Lima (Patu) e ainda nos espaços marcados pelo movimento, pela compra, pela venda e pela troca, representados pelas feiras livres de Ceará-Mirim, Goianinha, Caicó e Santa Cruz.

O itinerário traçado em busca do patrimônio imaterial é concluído com muita dança, canto, regozijo, bebidas e comidas. Afinal de contas, o povo potiguar é conhecido por suas festas e celebrações, em que honra seus santos padroeiros, suas entidades e divindades, suas colheitas, suas folias e suas alegrias, onde o sagrado e o profano se misturam de uma tal forma que é difícil mesmo diferenciá-los. A festa de Sant'Ana, de Caicó, celebrada anualmente em honra à padroeira do Seridó, reúne milhares de fiéis e devotos nas novenas, missas e na procissão que rasga as ruas da cidade, sem falar das pessoas que freqüentam as chamadas festas de rua, movidas ao som de conjuntos musicais que tocam desde o forró pé-de-serra ao forró estilizado. Nesse rastro seguem as festas de diversas Nossas Senhoras – com seus diferentes títulos –, de santos e santas tidos como de predileção popular nos diversos rincões do estado, a exemplo das festas de Santa Luzia (Mossoró), Nossa Senhora dos Navegantes (Natal), Nossa Senhora dos Prazeres (Goianinha), Santos Reis (Natal) e de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos (Caicó e Jardim do Seridó).

No mês de junho, as cortinas se abrem para os festejos juninos, em que Santo Antonio, São João e São Pedro ganham evidência, sendo comemorados por meio das fogueiras acesas nas frentes das casas, de festas da colheita (como as que ocorrem em Cruzeta e Ouro Branco), da

degustação de comidas de milho (como a pamonha, a canjica e o próprio milho assado e cozido) e da realização de arraiais festivos, onde se dança a quadrilha matuta, mas, também, a estilizada. Diversas cidades do interior do estado, como Açu, Mossoró, Riacho da Cruz, Parelhas, Santa Cruz e Santana do Seridó, têm produzido, recentemente, festas populares em honra ao mês junino, compostas de apresentações de quadrilhas e de conjuntos musicais de forró. É no interior, também, que as marcas da colonização promovida pela pecuária ainda se fazem presentes, nos festejos em que se comemora – hoje, quase sempre, com a motivação de um concurso – a derrubada do boi nas vaquejadas de Açu, de Florânia e de Currais Novos.

O divertimento se alastra para os primeiros meses do ano, no carnaval, quando a folia de momo toma conta dos cenários das cidades, da capital ao interior, seja nos clubes, seja nas ruas. O litoral é conhecido pela animação dos carnavais de época da Praia da Redinha e de Macau, bem como do Carnaval do Centro Histórico de Natal, promovido pela Sociedade de Amigos do Beco da Lama e Adjacências (SAMBA), que reúne foliões, boêmios e brincantes de todas as idades e gostos para a folgança nas ruas, inspirada pelo som das fanfarras e de cantores locais. Embarcando para o sertão, o carnaval de rua de Jardim do Seridó, de Caicó e do povoado Santo Antonio da Cobra (Parelhas) é conhecido regionalmente pela sua alegria contagiante e pelo desfilar de blocos carnavalescos cujos componentes se vestem com roupas coloridas e enfeitadas para festejar a liberdade de expressão e o movimento. Essas festas acabam no início da Quaresma, mas, em alguns pontos do estado, a folia se repete nas micaretas que ocorrem ao longo do ano, como o Carnatal (em Natal) e o Carnaxelita (em Currais Novos).

Concluído o percurso, a imagem que fica é a dos cheiros e dos odores, dos gostos e dos sabores, dos ritmos e dos sons, da métrica e das palavras, do profano e do sagrado, características encontradas nas diferentes manifestações do patrimônio imaterial espalhadas pelos municípios do Rio Grande do Norte. Longe de reconhecer uma homogeneidade nessas manifestações, o que se pode afirmar é que as práticas, artes, representações, expressões, conhecimentos e técnicas do povo potiguar são coloridas como o universo de Marcelus Bob e os cajus de Vatenor de Oliveira, difusas como a música de Tonheca Dantas e Felinto Lúcio Dantas e mutáveis como as luzes emitidas por um calidoscópio em movimento. Ora resistem às agruras do tempo, ora adaptam-se e conformam-se com o novo e moderno; repercutem pela persistência, fazem-se sentir pela cadência com que permeiam o cotidiano da cidade e dos campos; emocionam pelo lirismo ou chocam pelo antiintelectualismo. Tudo isso porque essas manifestações – as formas de expressão, os saberes e ofícios, os lugares de sociabilidade, as festas e celebrações – são reconhecidas por determinados indivíduos, grupos ou comunidades como elementos do seu patrimônio cultural e continuamente recriadas de acordo com as necessidades da sua história e da sua relação com a natureza. Evidência de que o patrimônio cultural não está apenas nos prédios históricos e nas obras de arte expostas em museus, mas, de forma *intangível*, pulsando nos corações dos norte-rio-grandenses e fervendo em suas veias.

